



Parecer Jurídico

INTERESSADO: Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Paulino Neves/MA.

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO MARANHÃO/MA, DE ACORDO COM CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA. A matéria é trazida à apreciação jurídica com amparo no art. 38, inc. VI, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

I – DO PARECER:

Encerrado o certame, a Pregoeira, submeteu o processo licitatório ora em comento a esta Procuradoria, sugerindo a adjudicação com a consequente homologação do resultado à Empresa NOLETO GOMES E GARRETO LTDA - ME, com fulcro no art. 43, inciso VI, da lei 8.666/93, para que depois dessa fase possa dar prosseguimento ao presente procedimento.

Trata-se de segundo parecer sobre o procedimento licitatório, na modalidade Pregão Presencial, com objetivo de verificar todos os requisitos da fase externa do certame.

Nota-se que o primeiro parecer foi acerca dos requisitos exigidos em Lei para realização do certame, os quais já foram objeto de análise no parecer datado de 17 de janeiro de 2017.

Assim me atento à análise do procedimento após o referido parecer, ou seja, a fase externa que até o presente momento possui no certame:

Aprovação da autoridade competente para início do processo licitatório, devidamente motivada e analisada sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o interesse público;

Consta nos autos em versão original do Edital e anexos do PREGÃO PRESENCIAL nº. 001/2017 - PMADM, tipo menor preço, rubricado em todas as folhas pela

Paulina de Paula Lima
Mário de Lima Santos
Cecílio R. da Silva
Secretaria

Marcio Araújo Mourão
PROCURADOR GERAL



Pregoeira e equipe de apoio e, assinado pelo Prefeito Municipal, conforme art. 40, § 1º, da Lei nº. 8.666/93.

Foram juntadas nos autos cópias da publicação do edital resumido no Diário Oficial do Estado, em jornal de grande circulação e de aviso de licitação colocado no mural da Prefeitura Municipal de Paulino Neves, contendo nele a definição do objeto da licitação, indicação do local, dias e horários em que os interessados pudessem ler e obter o texto integral e todas as informações sobre a licitação, restando cumprido os incisos I e II, do art. 4º, da Lei nº 10.520/2002. As publicações exigidas foram feitas no prazo previsto em Lei até o recebimento das propostas, observando assim o disposto no inc. V, do art. 4º, do Estatuto do Pregão e no art. 21, inciso I, alínea “B”, da Lei nº. 8.666/93.

Dessarte foram atendidos os incisos I, II, IV e V do artigo 4º da Lei 10.520/2002.

Após tais publicações podemos dizer que o procedimento licitatório passa a existir na Administração Pública, as quais ao meu sentir cumprem os princípios Administrativos bem como a Lei de Licitações 8.666/93.

Extrai-se dos autos que a empresa aqui descrita pela Razão Social retirou o edital junto a Comissão Permanente de Licitação e Pregão: NOLETO GOMES E GARRETO LTDA – ME.

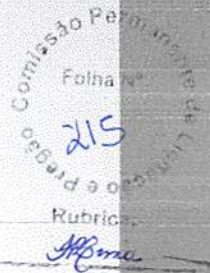
Segundo se depreende da Ata, foi realizada a sessão pública para recebimento das propostas no dia hora e local designados (09/02/2017 às 08h30mim) no instrumento convocatório, a Pregoeira juntamente com sua equipe de apoio procederam a abertura do certame, efetuando o credenciamento, em conforme da com o item 4 do edital, tendo início as 08h e encerrando-se a 08h:30mim, quando a Pregoeira declarou aberta a sessão pública.

Ora, ato de credenciamento nada mais é do que a apuração da legitimidade de representação, momento em que o Pregoeiro verifica se o representante legal da licitante possui documento hábil que lhe confere poderes para imputar obrigações e exercer direitos e faculdades em nome da representada.

Foi realizado o credenciamento da única licitante presente a empresa NOLETO GOMES E GARRETO LTDA - ME, através do respectivo representante o Sr. EDER DA CRUZ DE ARAÚJO a qual se identificou e comprovou a existência dos necessários poderes para a prática de todos os atos inerentes ao certame, seguida de assinatura na lista de presença.

Comissão Permanente de Licitação e Pregão
Paulino Neves
M. Mourão
Procurador Geral

M. Mourão
PROCURADOR GERAL



Como a ata deve consignar, mesmo que em síntese apertada, os fatos efetivamente ocorridos na sessão pública, incumbe ao Pregoeiro, que descreva adequadamente o credenciamento, citando expressamente os representantes legais das licitantes, facilitando com isso os atos de controle interno, o que foi devidamente atendido.

Aberta a sessão, recolheram-se os envelopes de Propostas de Preços e Documentos de Habilitação (art. 4º, inciso VII, da Lei do Pregão). Além disso, foram apresentadas as declarações de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e de observância ao artigo 27, V, da Lei nº 8.666/93, decorrente da norma contida no artigo 7º, XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil.

A finalidade da exigência de apresentação da declaração em tela é evitar que empresas participem do certame sem cumprimento dos requisitos de habilitação, causando com isso transtornos, já que nessa modalidade de licitação as fases de classificação e habilitação são invertidas. A Lei do Pregão permite incluir no edital a exigência de que o licitante declare estar habilitado, e se ao final, por qualquer motivo, for inabilitado estará sujeito a penas como multas gravíssimas (art. 7º).

A pregoeira, assistida pela equipe de apoio, procedeu à imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, como a compatibilidade do objeto, prazos e condições de fornecimento ou de execução.

A Pregoeira consignou em ata, considerou que a empresa NOLETO GOMES E GARRETO LTDA - ME encontra-se com a proposta em conformidade com as exigências estabelecidas no Edital (inc. VII, art. 4º, da Lei do Pregão, e no instrumento convocatório), que a mesma preencheu todos os requisitos exigidos, deliberando pela classificação da proposta.

Portanto, tem-se por observados os incisos VI e VII do artigo 4º da Lei 10.520/2002.

Na sequência da sessão como não havia empresas para competir na fase de lances verbais de que tratam os incisos VIII e IX do artigo 4º da Lei 10.520/2002, a Pregoeira indagou da empresa classificada se haveria condição de ofertar um menor preço para o objeto da presente licitação, haja vista que é de praxe, tudo conforme determina o art. 4º, inc. XV, da Lei 10.520/2002.

Rezam os incisos X e XI do artigo 4º da Lei 10.520/02, in verbis:

Art. 4º - [...]




Valdir Augusto Mourão
PROCURADOR GERAL



*X - para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;
XI - examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade;*

In casu, consoante Ata, na sessão pública, após a negociação de valores entre a Pregoeira e o licitante presente, O LICITANTE manteve a proposta inicial, a mesma, sendo aceita pela pregoeira.

Dessa forma, restou observado o disposto no inciso XI do artigo 4º da Lei 10.520/2002.

Ressalta-se que a proposta com o menor preço foi:

- R\$: 432.000,00 (quatrocentos e trinta e dois mil reais)

Encerrada a etapa, foi aberto o envelope contendo a documentação da licitante vencedora, em conformidade com o art. 4º, XII, da Lei do Pregão, verificando a Pregoeira o atendimento às exigências do Edital. No cotejo entre os documentos listados no instrumento convocatório e os apresentados pela licitante vencedora, verifico o efetivo atendimento das exigências da lei interna do certame.

Dessarte, ante a boa habilitação da licitante classificada, esta foi declarada vencedora pela pregoeira, porquanto entendo plenamente atendidas as exigências legais e editalícias referentes à habilitação e à declaração do vencedor.

Consoante o termo que se segue à ata, a Pregoeira segue com pedido para Procuradoria Geral do Município para parecer no tocante à adjudicação e homologação, à licitante vencedora, nos estritos termos do inc. XX art. 4º, da Lei do Pregão.

Segundo a melhor doutrina, a homologação envolve duas ordens de considerações, uma no plano da legalidade, outra no da conveniência.

Registro que a minuciosa análise acima realizada por essa assessoria jurídica constatou que a legalidade (conformidade com a Lei e com o Edital) foi estritamente observada em cada ato que integra o presente procedimento licitatório.

Leilão de Paredão
Lima
Santos
Câmara de Reg. do S. P. de C. Maranhão

Marcio Mourão
MARCIO MOURÃO
PROCURADOR GERAL



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão – PMADM
Procuradoria Geral do Município – PGM
CNPJ: 01.612.339/0001-01
Rua Nazaré, S/N, Bairro: Centro Água Doce do Maranhão/MA CEP: 65.578 –000

Comissão Permanente de Licitação e Pregão
Folha N°
217
Rubrica:
M. Neves

No que tange à conveniência apesar de ter apenas uma licitante, resta evidenciado que a proposta ofertada é vantajosa para a Administração.

In casu, a aferição da vantagem da proposta deve ser feita com relação ao preço, tomando por base os valores apostados pelo mercado diante da pesquisa previamente realizada.

Extrai-se da ata que o julgamento foi realizado em uma única sessão conduzida pela Pregoeira, com auxílio da equipe de apoio.

II – DA CONCLUSÃO

A análise acima evidencia que o processo licitatório está em ordem, que as disposições legais que regem a modalidade de licitação foram fielmente observadas e que a proposta apresentada na PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2017 – PMADM é vantajosa para a Administração.

Concluo, então, que foram atendidas as prescrições legais, não havendo mácula invalidante do presente procedimento licitatório.

Considerando o exposto e a conclusão *retro*, opino pela adjudicação e consequentemente pela homologação do resultado do objeto do PREGÃO PRESENCIAL N°. 001/2017 – PMADM à empresa NOLETO GOMES E GARRETO LTDA - ME, com fulcro no art. 43, inciso VI, da Lei 8.666/93.

É o parecer.

Paulino Neves (MA), 09 de fevereiro de 2017.


Marcio Araujo Mourão
PROCURADOR GERAL

Procurador Geral do Município
Água Doce do Maranhão/MA


Comissão Permanente de Licitação e Pregão
Folha N°
217
Rubrica:
M. Neves